



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E
DAS BIBLIOTECAS

PLANO DE ATIVIDADES 2013

ABREVIATURAS

AP	Administração Pública
ADL	Arquivo Distrital de Lisboa
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CPF	Centro Português de Fotografia
CRAV	Consulta Real em Ambiente Virtual
DSL	Direção de Serviços do Livro
DSAN	Direção de Serviços de Arquivística e Normalização
DSIAE	Direção de Serviços de Inovação e Administração Eletrónica
ANTT	O Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CPF	O Centro Português de Fotografia
ADPRT	Arquivo Distrital do Porto
DSB	A Direção de Serviços de Bibliotecas
DSPGI	A Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação
ADPRT	Arquivo Distrital do Porto
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo
OE	Orçamento do Estado
MEF	Macroestrutura Funcional
MIT	Meta Informação para a Interoperabilidade
PARAM	Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central do Estado
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RODA	Repositório de Objetos Digitais Autênticos
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública

PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central
RCBP	Rede de Conhecimento de Bibliotecas Públicas
RNBP	Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
ODA	Orientação para a Descrição Arquivística

1. Caracterização do Serviço

1.1. Enquadramento legal.

1. Orgânica e funcionalmente a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa sendo tutelado pelo Secretário de Estado da Cultura.
2. As suas atuais atribuições e orgânica interna foram definidas pelo Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio, que operou a fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), definindo a respetiva missão, atribuições e tipo de organização interna obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada. Através da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho, foi fixada a estrutura nuclear da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e as competências das respetivas unidades orgânicas, bem como fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.
3. Assim, nos termos do PREMAC e em consonância com a orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, instituída pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, no que respeita aos serviços e organismos da área da cultura, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, resulta da fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos, sucedendo nas respetivas atribuições, com exceção das atribuições da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas relativas à Biblioteca Pública de Évora.
4. Salienta-se que os serviços de arquivo da DGLAB possuem à sua guarda cerca de 200km de documentos e que de entre eles o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, herdeiro do Real Arquivo da Coroa Portuguesa, possui atualmente à sua guarda cerca de 90km de documentos e detém originais desde o Século IX.
5. Como enquadramento legal da atividade menciona-se ainda em termos globais o estabelecido nos diplomas que regem o Regime Geral de Arquivos, decorrendo atualmente um processo detalhado de análise e estudo com vista à sua eventual revisão, cujos trabalhos virão a ser superiormente apresentados.
Dentro do mesmo quadro legal importa também referenciar o enquadramento da atividade dado pelas disposições que regulam o acesso aos documentos administrativos e a proteção dos dados pessoais, bem como as de segurança de matérias classificadas.

6. O enquadramento da atividade assenta ainda hoje num ponto que reputamos de particular relevância na estratégia da DGLAB: o da reorientação estratégica da política arquivística nacional ⁽¹⁾.
7. Da reorientação estratégica promovida no âmbito do Compromisso Eficiência decorre que a DGLAB, a par da atividade voltada para,
 - (i) a responsabilidade de custodiar o património arquivístico e cultural histórico e de facultar o acesso aos documentos, assegurando a consulta presencial ou remota, bem como, a sua divulgação e fruição; a responsabilidade na gestão administrativa da AP no âmbito da modernização administrativa e do governo eletrónico mediante o desenvolvimento de políticas com vista à sustentabilidade de uma cultura organizacional racional, rigorosa e transparente, essenciais para o funcionamento em pleno das sociedades democráticas, implicando a qualificação dos arquivos ⁽²⁾.
 - (ii) também se constitui, hoje, como organismo responsável pela execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura, pela elaboração e desenvolvimento de programas e projetos que contribuam para a consolidação de uma economia sustentável do setor do livro e responsabilidade na intensificação e difusão do livro português nos países de língua oficial portuguesa.

O período de constrangimento orçamental que o país atravessa devido ao plano de resgate internacional que está a ser aplicado poderá condicionar momentaneamente a necessidade de meios, **mas os Arquivos, dada a sua natureza, são organizações em permanente crescimento face à sucessiva incorporação de documentos, em cumprimento da lei, face às novas áreas da constituição e gestão de arquivos eletrónicos na Administração Pública, e aos fenómenos do incremento diversificado do número de clientes.** Neste sentido destaca-se que o presente momento, determinando a extinção de organismos e recolha de documentos produzidos por funções do Estado extintas, como os Governos Cívicos, acelera ainda mais esta característica.

1.2. Missão

De acordo com a sua lei orgânica, *“A DGLAB tem por missão assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura”*³.

1.3. Visão

¹ Para uma melhor explicitação desta matéria ver Boletim «Arquivos Nacionais», nº 14, Dezembro de 2005, cujo balanço geral foi também publicado no “Boletim DGARQ”, nº 11, 2009, sob o título: “A DGARQ e a Política Arquivística Nacional”, disponíveis no sítio WEB da DGARQ.

² É também este o sentido para o qual apontam as orientações, tanto do Conselho Internacional de Arquivos, como da Comissão Europeia, à luz das quais se considera inaceitável prolongar uma situação de não envolvimento ou desatenção do sector cultural face aos processos de *produção* e de *gestão* de documentos junto das administrações. Na verdade, uma *política de gestão integrada de arquivos* – gestão contínua do ciclo de vida dos documentos de arquivo – é condição crítica para garantir, de uma forma sustentada, a salvaguarda e o acesso permanente ao património arquivístico; é condição crítica, ainda, para efetivar a transparência da Administração, promover o uso dos direitos de acesso aos documentos da administração, fomentando o desenvolvimento de uma cultura democrática.

³ - Cfr. nº 1 do art.º 2 do Decreto-Lei nº 103/2012, de 16/maio.

Fruto do seu posicionamento estratégico no domínio da política arquivística, enquanto entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos e das suas responsabilidades ao nível da execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura, a DGLAB assume como visão estratégica constituir-se como organismo de excelência e de referência a nível nacional e internacional, apostando na constante valorização dos seus recursos humanos e na qualidade dos produtos e serviços prestados aos seus clientes.

1.4. Atribuições

Para a concretização da sua missão, a DGLAB é detentora de um leque, hoje mais alargado, de atribuições:

Na área do Livro:

- Assegurar o desenvolvimento de uma política do livro não escolar e da leitura; Promover a leitura, em articulação com os setores públicos e privado; Fomentar a criação em todos os domínios da produção literária, através do apoio à criação e à edição, a prémios e a entidades que concorram para o desenvolvimento do setor do livro, em termos a definir em diploma próprio; Estimular a pesquisa e a elaboração de estudos, em particular sobre o mercado do livro e sobre os hábitos de leitura, em articulação com o GEPAC; Elaborar e desenvolver programas e projetos que contribuam para a consolidação de uma economia sustentável do setor do livro; Planear e executar a difusão dos autores portugueses e das respetivas obras no estrangeiro; Intensificar a difusão do livro português nos países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Produzir e disponibilizar informação sobre autores portugueses, editores e livrarias.

Na área dos Arquivos:

- Assegurar a execução e o desenvolvimento da política arquivística nacional e o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do património arquivístico e da gestão de arquivos, em qualquer forma ou suporte e em todo o território nacional; Promover a qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental ao exercício da atividade administrativa, de prova ou de informação visando a sua eficiência e eficácia, nomeadamente no que se refere às suas relações com os cidadãos; Superintender técnica e normativamente e realizar ações de auditorias em todos os arquivos do Estado, autarquias locais e empresas públicas, bem como em todos os conjuntos documentais que, nos termos da lei, venham a integrar o património arquivístico e fotográfico protegido; Assegurar a aplicação das disposições integrantes da lei de bases da política cultura e do regime de proteção e valorização do património cultural, no âmbito do património arquivístico e fotográfico; Promover o desenvolvimento e a qualificação da rede nacional de arquivos e facilitar o acesso integrado à informação arquivística; Assegurar, em articulação com as entidades competentes, a cooperação internacional no domínio arquivístico; Exercer, em representação do Estado, o direito de preferência em caso de alienação, designadamente em hasta pública ou leilão, de espécies arquivísticas valiosas ou de interesse histórico-cultural do património arquivístico e fotográfico, independentemente da sua classificação ou inventariação; Exercer, em representação do Estado, os demais direitos patrimoniais relativos ao acervo de que é depositário; Aceitar, em representação do Estado, doações, heranças e legados desde que previamente autorizados pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, bem como aceitar dação, depósito, incorporação, permuta ou reintegração de documentos de arquivo.

Na área das Bibliotecas:

- ✚ Assegurar a execução da política nacional para as bibliotecas públicas, em conformidade com as orientações dos organismos do setor, em articulação com as autarquias, às quais compete a tutela e gestão desses equipamentos; Superintender técnica e normativamente as bibliotecas públicas, de acordo com o quadro legislativo para o setor; Acompanhar a evolução da sociedade da informação e do conhecimento, promovendo no setor das bibliotecas públicas a produção e o acesso a recursos e serviços eletrónicos; Promover a qualidade do serviço de biblioteca pública procedendo, regularmente e em articulação com o GEPAC, à sua avaliação, bem como à elaboração de estudos; Promover, em conjunto com outras entidades, a formação dos técnicos de bibliotecas; Representar o setor do livro, dos arquivos e das bibliotecas em organismos e fóruns internacionais em articulação com o GEPAC.

1.5. Estrutura organizacional

A DGLAB, enquanto serviço executivo da administração direta do Estado, exerce as suas competências em todo o território nacional e compreende unidades orgânicas geograficamente desconcentradas, encontrando-se organizada internamente de acordo com o modelo de estrutura hierarquizada preconizado na Lei n.º 103/2012, de 16/maio.

A estrutura da DGLAB⁴ é constituída pelas seguintes unidades orgânicas nucleares:

- ✚ Direção de Serviços do Livro (DSL);
- ✚ Direção de Serviços de Arquivística e Normalização (DSAN);
- ✚ Direção de Serviços de Inovação e Administração Eletrónica (DSIAE);
- ✚ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT);
- ✚ Centro Português de Fotografia (CPF);
- ✚ Arquivo Distrital do Porto (ADPRT);
- ✚ Direção de Serviços de Bibliotecas (DSB);
- ✚ Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação (DSPGI)

Por Despacho n.º 9339/2012, e de acordo com o limite fixado no artigo 10.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho, para o número de unidades orgânicas flexíveis, foi determinada a criação das unidades orgânicas flexíveis seguintes:

1. Divisão de Normalização e Apoio à Administração, integrada na Direção de Serviços de Arquivística e Normalização⁵.
2. Divisão de Comunicação e Acesso e Divisão de Tratamento Técnico Documental e Aquisições, integrada no Arquivo Nacional Torre do Tombo⁶.
3. Divisão de Sistemas de Informação, Estatística e Qualidade, integrada na Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação⁷.
4. Divisão de Disponibilização e Produção de Conteúdos Digitais, na dependência do Diretor Geral da DGLAB.
5. Arquivos de âmbito distrital⁸, em n.º de 17:

⁴ Aprovada ao abrigo da Portaria n.º 192/2012, de 19/junho.

⁵ Com as competências previstas no artigo 3.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho

⁶ Com as competências previstas no artigo 5.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho

⁷ Com as competências previstas no artigo 8.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho

- a) Arquivo Nacional da Torre do Tombo/arquivo distrital de Lisboa;
- b) Centro Português de Fotografia;
- c) Arquivo Distrital do Porto;
- d) Arquivo Distrital de Aveiro;
- e) Arquivo Distrital de Beja;
- f) Arquivo Distrital de Bragança;
- g) Arquivo Distrital de Castelo Branco;
- h) Arquivo Distrital de Évora;
- i) Arquivo Distrital de Faro;
- j) Arquivo Distrital da Guarda;
- k) Arquivo Distrital de Leiria;
- l) Arquivo Distrital de Santarém;
- n) Arquivo Distrital de Setúbal;
- o) Arquivo Distrital de Viana do Castelo;
- p) Arquivo Distrital de Vila Real;
- q) Arquivo Distrital de Viseu.

A organização interna da DGLAB é representada pelo organograma que segue em **Anexo I**.

1.6. Meios humanos e materiais

A reorientação da política arquivística, determinando maiores responsabilidades à instituição, **exige mais meios e mais adequados**, (i) quer em recursos humanos especializados, de forma que possam ser impulsionados os novos processos e permitir o desenvolvimento de novas competências, (ii) quer em recursos orçamentais, a afetar quer na área do funcionamento, quer no investimento.

1.6.1. Recursos Humanos

Como se vem referenciando nos documentos de estratégia, é crucial para a instituição o problema da **capacitação e especialização dos recursos na área de negócio**, concretamente:

- Nas competências *específicas* à área de negócio (anteriormente designados técnicos superiores de arquivo e técnicos profissionais de arquivo). Existem arquivos distritais onde o Diretor é o único profissional de arquivo.
- Nas necessidades de colaboradores **com competências de gestão de arquivos eletrónicos**. Está em causa o incremento das transações eletrónicas na AP e consequentemente a gestão de documentos eletrónicos e a preservação a longo prazo de arquivos digitais.

Propõe-se para 2013, conforme quadro abaixo, o mapa de postos de trabalho aprovado.

É o seguinte o mapa de pessoal para 2013:

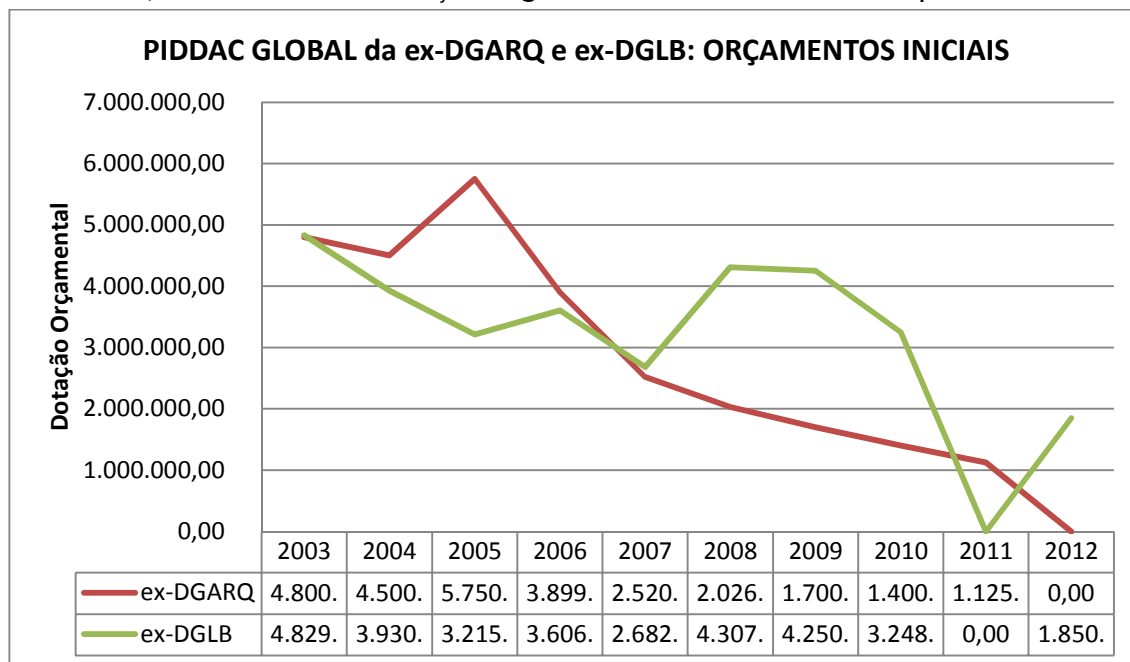
⁸ Conforme identificados nas alíneas d) a q) do anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto -Lei n.º 103/2012, de 16 de maio

	Aprovados	Existentes
Dirigente Intermédio 1ºGrau	8	7
Dirigente Intermédio 2ºGrau	19	19
Técnico Superior	114	109
Assistente Técnico	122	115
Assistente Operacional	87	84
Informática	8	8
Subtotal	358	342
Dirigentes Superiores	4	3
Total	362	345

1.6.2. Recursos Financeiros

Um dos maiores constrangimentos com que do passado se tem confrontado esta Direção-Geral é o da **diminuição progressiva e sistemática das verbas nos últimos anos em Orçamento do PIDDAC**, sendo que as dotações em Orçamento de Funcionamento não compensam a diminuição drástica daquelas.

Para tanto, identifica-se a evolução negativa do Investimento em mapa:



Relativamente ao **Orçamento do Funcionamento** já referimos que as dotações não têm compensado a diminuição do PIDDAC, pelo contrário. Com efeito, têm vindo a diminuir as verbas disponíveis para o funcionamento, nomeadamente, os *plafonds* atribuídos quer na ex-DGLB quer na ex-DGARQ suportando quase exclusivamente o funcionamento corrente do organismo, **pessoal e estrutura**, para a realização das atribuições do serviço representando as atividades (adiante identificadas) e rotinas necessárias à **obtenção dos resultados previstos para a organização**.

Saliente-se que a DGLAB, orgânica resultante da fusão da DGLB e DGARQ, necessitará de reforço do orçamento de funcionamento caso as despesas decorrentes dos custos fixos de estrutura relativos ao exercício de 2012 (cujo orçamento é deficitário) não sejam orçamentalmente cobertas em tempo útil, ou seja em 2012.

Sinalizaremos as áreas em que o investimento é particularmente sensível para a DGLAB:

Área de Arquivo

- (i) nas áreas da pesquisa e sedimentação de *soluções da preservação digital*, de comunicações e serviços à distância ao utilizador (CRAV), bem como nas de dotação da rede dos arquivos dependentes em equipamentos informáticos e comunicações. O investimento é indispensável e muito visível para o utilizador externo no Portal Português de Arquivos, estando disponíveis acima de dez milhões de imagens de documentos. As verbas disponíveis para estas áreas em PIDDAC são escassas, enquanto as **necessidades crescem com a progressiva implantação das transações eletrónicas** na generalidade da Administração Pública.

Só o investimento garantirá a criação e disponibilização dos instrumentos a tal adequados.

- (ii) na área do cumprimento com as responsabilidades de proteção e defesa das infraestruturas construídas que alojam, por todo o país, a documentação e a prestação de serviços. Trata-se da manutenção de **17 edifícios**, disseminados pelo país, alguns classificados, bem como dos *equipamentos base adstritos* de que salientamos os de climatização, indispensáveis à preservação da documentação em depósito, e dos sistemas de prevenção quer de incêndio, quer de intrusão; há arquivos onde os sistemas carecem ser substituídos, noutros casos de ser instalados. Há intervenções essenciais decorrentes de infiltrações, ou de outras patologias nas estruturas.

Nesta área tem ainda a DGLAB,

- a. A incumbência da construção total do edifício para o Arquivo Distrital de Viseu, caso haja dotação orçamental. Refere-se que a autarquia disponibilizou terreno adequado, foi elaborado projeto de execução e recentemente a Assembleia da República dirigiu perguntas, por mais que uma vez, ao ex-Ministério da Cultura sobre a matéria;
- b. O desenvolvimento do processo com destino ou à construção de raiz do Arquivo Distrital de Évora, ou ao aproveitamento de outra infraestrutura já existente (edifício “Palácio Amaral” a desocupar pelo Governo Civil de Évora e PSP, conforme contactos estabelecidos com a Direcção Regional de Cultura do Alentejo);
- c. A substituição do sistema de extinção de incêndios no edifício da Torre do Tombo, no Campo Grande;
- d. Necessidades de ampliação das áreas de depósitos em vários arquivos, com particular incidência no Arquivo Distrital da Guarda, sendo a de maior dimensão a do Arquivo Distrital do Porto.

Área do Livro

(iii) **Promoção do Livro:** Um Programa na área do Livro afirma e reconhece o caráter de serviço público das atividades de iniciativa governamental. Basta ver que no Programa do Governo, especificamente no que se refere à Cultura, as atividades ligadas ao livro e à leitura, tanto em Portugal como no estrangeiro e PALOP, encontram-se bem referidas e destacadas.

- a. O apoio à Criação e Edição de autores portugueses é uma componente importante para o bom funcionamento de toda a cadeia do livro. Como sabemos, o setor do livro é, entre as indústrias criativas, o que gera maior receita. A vertente editorial está hoje entre os setores mais dinâmicos da economia contemporânea: cresceu nas últimas décadas muito mais rapidamente do que os setores económicos tradicionais. A DGLAB deve continuar a apoiar financeiramente obras de difícil comercialização ou obras de elevados custos de produção, com vista a uma redução do PVP. Este tipo de apoio à edição cruza-se com os apoios dados indiretamente através da aquisição de fundos bibliográficos para as Bibliotecas públicas, da compra de livros para as feiras do Livro nos PALOP, da divulgação das obras e dos autores no estrangeiro, etc.
- b. Apoio à Divulgação dos Autores no Estrangeiro: o apoio dado a editores estrangeiros tem reflexo direto na economia portuguesa, no âmbito do setor do livro. Os escritores e a literatura portuguesa são hoje um elemento essencial da presença portuguesa no contexto internacional. Devem ser mantidos os programas de fundo, existentes há muitos anos: Programa de Apoio à Tradução, Programa de Apoio à Edição no Brasil, Programa de Apoio à Ilustração Portuguesa no estrangeiro, Apoio à deslocação de autores, participação nas Feiras do Livro internacionais, designadamente, Bolonha e Frankfurt, e parcerias internacionais.

(iv) **Promoção da Leitura:** O Programa Nacional de Promoção da Leitura da DGLAB, existente desde 1997 e que em 2004 sofreu uma inflexão estratégica que veio a ser apoiada pelo Plano Nacional de Leitura a partir de 2006, começa hoje a ver resultados de forma mais clara, já que os últimos estudos (“A Leitura em Portugal”, Observatório das Atividades Culturais, 2007) apontam para um crescimento dos hábitos de leitura dos portugueses relativamente aos resultados do anterior estudo de 1997; também as camadas mais jovens, designadamente os alunos de 15 anos, apresentaram pela primeira vez em 2010 (PISA, OCDE, 2010) uma tendência de subida dos índices de literacia. No entanto, têm ainda desempenhos moderados a nível da literacia em contexto de leitura, colocando-se abaixo dos valores médios dos países da OCDE. Neste projeto, encontram-se Programas como as Itinerâncias de Promoção da Leitura e as Ações de Promoção da Leitura em Estabelecimentos Prisionais, existentes na ex-DGLB desde 1998.

(v) **Rede Bibliográfica da Lusofonia:** o Programa do Governo fala especificamente na cooperação com os PALOP na área do livro. Desde há mais de 30 anos que, no quadro da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a ex-DGLB tem apoiado os países africanos de língua oficial portuguesa no que se refere ao livro, às bibliotecas e arquivos e, mais recentemente, ao desenho de planos nacionais de leitura que visem reduzir a iliteracia. Entende-se que no atual quadro financeiro da AP é particularmente difícil dar continuidade a este Programa, considera-se, no entanto, que é de toda a pertinência a

sua perspectiva a médio prazo.

Área das Bibliotecas

- (vi) Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: considera-se indispensável, não só a continuação, como também o reforço, do apoio técnico e financeiro (de acordo com os recursos disponíveis), à criação, instalação e desenvolvimento de serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral, garantindo, de acordo com as recomendações para o setor, que o serviço de biblioteca pública cumpra os seus objetivos. Considera-se ainda, atendendo a que muitas das infraestruturas já estão construídas, que a DGLAB deve reforçar a sua atuação na avaliação dos recursos e serviços das bibliotecas por si apoiadas, o que poderá ser um ponto de partida para a necessária reflexão sobre a reformulação do Programa em consonância com a elaboração de legislação que permita, entre outros aspetos, garantir o cumprimento dos contratos-programa celebrados com os municípios e rentabilizar o investimento já realizado pela administração central. A DGLAB não deve limitar a sua atuação ao nível de criação de infraestruturas, pelo que deverá, também através do Portal da Rede de Conhecimento de Bibliotecas Públicas (RCBP), dar continuidade ao desenvolvimento de recursos e serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral, possibilitando a divulgação, num único Portal, dos serviços e recursos das bibliotecas da RNBP.

2. Objetivos.

É essencial referenciar no Plano de Atividades os **objetivos estratégicos e os operacionais** propostos ou aprovados para o período. Propô-los, envolve identificar e delimitar os pontos fortes e fracos existentes, as ameaças e as oportunidades que condicionam a atividade da organização, de acordo com a aplicação da análise SWOT o que se faz conforme **Anexo II**.

2.1. Objetivos Estratégicos

Definidas a missão, as diretrizes da reorientação da política arquivística decorrente dos documentos programáticos e as orientações estatutárias na matéria, bem como, as responsabilidades ao nível da execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura, sistematizado o ambiente interno e externo, são os seguintes os **Objetivos Estratégicos** que se propõem, a ser naturalmente reavaliados e acertados por declinação face aos objetivos que vierem a ser fixados para a área da Cultura pela Secretaria de Estado da Cultura, que o QUAR da DGLAB consolidará para 2013.

Objetivos Estratégicos (proposta)
DESIGNAÇÃO
OE 1: Estruturar, valorizar e promover redes e comunidades de arquivos, públicos e privados, enquanto instrumento de accountability, eficiência e eficácia da gestão.
OE 2: Construir estruturas sociais e tecnológicas que processem,

acessibilizem e promovam a disseminação e fruição de conteúdos culturais.
OE 3: Divulgar o livro e o autor português no estrangeiro.
OE 4: Promover a criação literária e a leitura.
OE 5: Apoiar a modernização de bibliotecas públicas municipais.
OE 6: Racionalizar a despesa pública com a generalização das boas práticas de gestão e administração dos recursos humanos, financeiros e materiais.

2.2. Objetivos Operacionais - QUAR

O cumprimento dos objetivos estratégicos implica o desenvolvimento de um conjunto de ações por parte das unidades orgânicas nucleares e flexíveis da DGLAB que se consubstanciam no cumprimento dos objetivos operacionais da organização, abaixo indicados, que concorrem supletivamente para a definição dos objetivos individuais dos seus colaboradores, dentro do modelo integrado de gestão por objetivos traçados pelo Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP).

Para 2013 propõem-se os seguintes objetivos operacionais (QUAR), a ser naturalmente reavaliados face a alterações decorrentes das estratégias que vierem a ser fixadas para a área da Cultura.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS								
EFICÁCIA						ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	PESO	TAXA REALIZAÇÃO
							40%	0%
OB1	Dar continuidade aos diferentes programas de apoio à edição, à tradução e à participação da DGLAB e dos autores portugueses nos principais certames internacionais ligados ao livro.					OE 3	30%	0%
	INDICADORES	Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.01	# de apoios a obras publicadas no estrangeiro e a presenças de autores, feitas direta ou indiretamente.	60	3	75	100%	
OB2	Promover ou apoiar iniciativas que contribuam para o fomento da criação literária e para o aumento de públicos leitores.					OE 4	35%	0%
	INDICADORES	Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.02	# de iniciativas desenvolvidas pela DGLAB ou por associações e instituições que prossigam os mesmos objetivos em articulação com a DGLAB.	100	10	125	100%	
OB3	Assegurar o desenvolvimento do inquérito dirigido à Administração local e setor empresarial do Estado e a arquitetura do modelo gestão de informação de preservação digital com vista a cumprir Medida 15 da RCM nº 12/2012 .					OE 2	35%	0%
	INDICADORES	Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.03	Data de apresentação de Relatório contendo resultados e análises do inquérito efetuado.	15-Nov	30	30-Set	70%	
	INDICADORES	Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.04	Data de apresentação de Relatório contendo proposta de adaptação do arquivo digital RODA aos objetivos da arquitetura apresentada.	30-Abr	15	29-Mar	30%	

EFICIÊNCIA						ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	PESO	TAXA REALIZAÇÃO
							40%	0%
OB4	Disponibilizar conteúdos na web, contribuindo para afirmar a importância da língua portuguesa como instrumento de identidade de Portugal no mundo, incluindo património arquivístico comum com os países da CPLP.					OE 2	35%	0%
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.05	# de imagens disponibilizadas	500.000		500.000	50.000	625.000	70%	
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.06	# de registos descritivos disponibilizadas	200.000		100.000	10.000	125.000	30%	
OB5	Garantir a eficiência gestonária dos recursos orçamentais da DG					OE 6	35%	0%
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.07	Taxa de execução orçamental.	95%	2%	98%	100%	
OB6	Garantir a avaliação do estado de conservação dos imóveis afectos à DGLB					OE 6	30%	0%
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.08	Data de remessa, para aprovação, do instrumento de avaliação construído.	20-Mar	10	05-Mar	40%	
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.09	# de monitorizações sobre o estado de conservação dos imóveis afectos à DGLAB com base na aplicação do instrumento de avaliação	5	1	7	60%	

QUALIDADE						ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	PESO	TAXA REALIZAÇÃO
							20%	0%
OB7	Melhorar o conhecimento sobre os recursos e serviços das bibliotecas da RNBP, promovendo validando e divulgando o apuramento dos resultados do questionário estatístico da DGLAB, a tradução das orientações da IFLA.					OE 5	50%	0%
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.10	Data de validação, apuramento e divulgação dos resultados do questionário estatístico da DGLAB	15-Dez	15	15-Nov	35%	
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.11	Data da publicação traduzida da edição revista e actualizada das orientações da IFLA	30-Jun	15	01-Mai	10%	
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.12	Data de apresentação do relatório preliminar sobre recursos e serviços das bibliotecas da RNBP	15-Dez	15	15-Nov	30%	
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.13	Data da instituição do Prémio de Boas Práticas nas bibliotecas públicas da RNBP	30-Jun	15	01-Mai	25%	
OB8	Assegurar a realização de acções de formação das previstas no Plano de Formação da					OE 5	25%	0%
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.14	# de acções de formação concretizadas	20	5	28	100%	
OB9	Qualificar os registos descritivos existentes					OE 5	25%	0%
INDICADORES		Meta Realizada 2011	Meta Estimada 2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado
Ind.15	Data de celebração de um contrato com a GERAP I.P. de mera partilha de plataforma	15-Dez	15	01-Nov	100%	

Estes objetivos serão periodicamente monitorizados e avaliada a execução da estratégia implementada. Quando concluído o ciclo importará efetuar a avaliação dos resultados e seus desvios.

No **Anexo III** apresentamos os objetivos propostos para o ciclo ao nível das Unidades Orgânicas dependentes desconcentradas - como unidades homogêneas - para monitorização e avaliação de resultados.

3. Atividades e Projetos

3.1. Os Produtos das atividades e os Clientes

A DGLAB gera um leque alargado de **produtos e serviços** com origem nas suas atividades destinados aos seus **clientes** externos, a sua razão de existência enquanto organismo público responsável pela coordenação do sistema nacional de arquivos e pela execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura.

São os seguintes os **principais bens e serviços** prestados aos clientes externos:

Por parte do setor Livro e Bibliotecas

- a) Promover a divulgação do Livro e do autor português no estrangeiro, através da participação e representação nos principais certames e organizações internacionais e do incremento das políticas de apoio à tradução e edição de obras de autores portugueses e apoio ao desenvolvimento do setor do livro e da leitura nos PALOP e Timor, integrando o sistema de cooperação português;
- b) Apoiar entidades que promovam o livro e a leitura;
- c) Promover um Programa de Promoção da Leitura em articulação com as autarquias e as bibliotecas municipais;
- d) Reembolsar os portes do transporte de livros para as regiões autónomas;
- e) Produzir e disponibilizar informação sobre autores portugueses, editores e livrarias;
- f) Apoiar a criação e instalação de bibliotecas públicas municipais;
- g) Desenvolver conteúdos e serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral, disponibilizando-os no portal da Rede de Conhecimentos das Bibliotecas Públicas;
- h) Produzir e disponibilizar informação sobre autores portugueses, editores e livrarias.

Por parte do setor dos Arquivos

- i) Assessoria técnica a entidades externas;
- j) Produção e adaptação de instrumentos técnicos e normativos;
- k) Fornecimento de bens e serviços relativos à leitura presencial ou à distância dos documentos arquivísticos, com especial incidência na reprodução documental;
- l) Certificação de documentos;
- m) Cedência de instalações.

Como **clientes** destacam-se, de entre todos, os organismos da administração direta e indireta do Estado, da administração autárquica, as universidades e seus investigadores, os cidadãos, os detentores privados de arquivos, os PALOP e, bem assim os organismos internacionais ao abrigo de protocolos ou acordos de parceria estabelecidos.

3.2. As Atividades

Quando nos reportamos a ATIVIDADES de uma instituição referenciamos *tudo* o que **correntemente** a organização *faz* para o cumprimento das suas atribuições e missão.

Numa instituição com a natureza do tipo em que a DGLAB se inclui, as ATIVIDADES representam **as rotinas necessárias à obtenção dos resultados previstos**; serão os processos críticos, ou macro-processos organizacionais, que geram os *outputs* daquela estrutura.

Assim referimos abaixo o conjunto dos 10 macro-Processos organizacionais ou macro-Atividades prosseguidas, ou simplesmente **Atividades**, que exprimem a realização da *totalidade* das atribuições do Serviço e representam as rotinas necessárias à obtenção dos resultados previstos e gerados pela organização. Aí também as relacionamos com as atribuições e com as UO responsabilizadas na sua prossecução.

Em termos orçamentais são estas Atividades as que geram a totalidade da despesa do orçamento de funcionamento; a elas no seu conjunto estão alocados *todos os recursos humanos ao serviço* na DGLAB e as despesas de estrutura têm a sua origem e fundamento no desenvolvimento corrente das ATIVIDADES.

A conjugação das Atividades com as competências a desenvolver e com as unidades orgânicas envolvidas, segue no quadro seguinte:

Macro-processos organizacionais/ ATIVIDADES	Competências/Ações a desenvolver
1. Promoção e divulgação do Livro e do autor português	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Apoiar e incentivar a atividade criadora dos autores, através de programas e projetos que reconheçam a sua importância fundamental no quadro do setor do livro; ✚ Apoiar e promover a edição de obras de relevante interesse literário e cultural, através de programas que contribuam para incrementar a oferta editorial e possibilitem um maior conhecimento do património literário nacional; ✚ Produzir e disponibilizar informação sobre escritores e ilustradores portugueses, mantendo atualizada a base de dados do Centro de Documentação de Autores Portugueses; ✚ Produzir e disponibilizar informação sobre editoras e livrarias, mantendo atualizada as respetivas bases de dados e divulgando as suas atividades; ✚ Apoiar iniciativas e atividades de editores e livrarias; Incentivar a ilustração de livros para crianças e jovens, através da atribuição do Prémio Nacional de Ilustração e do apoio à participação de ilustradores em eventos, tanto em Portugal como no estrangeiro; ✚ Organizar o Prémio Camões, em conformidade com o estabelecido no respetivo Protocolo, em articulação com o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC); Desenvolver um programa nacional de promoção da leitura, através de projetos próprios ou em articulação com entidades dos setores público e privado, de forma a que contribua decisivamente para combater a iliteracia e a exclusão social; ✚ Estimular a realização de estudos, em particular sobre o mercado do livro e hábitos de leitura, em articulação com o GEPAC.
2. Apoio e modernização das bibliotecas públicas	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Gerir o programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, planeando e acompanhando as medidas da política para o setor; ✚ Elaborar e promover a aplicação de orientações técnicas e normativas de carácter nacional e internacional, aplicáveis ao setor das bibliotecas públicas; ✚ Elaborar e colaborar na elaboração de diplomas legais na área das bibliotecas públicas; ✚ Acompanhar, em articulação com o GEPAC, a adoção de medidas legislativas no domínio do direito de autor, aplicáveis ao setor das bibliotecas públicas; ✚ Promover a qualidade do serviço de biblioteca pública, através da sua monitorização e avaliação regular; ✚ Constituir e orientar equipas de consulta técnica para acompanhamento de projetos nas suas diversas vertentes; ✚ Promover a cooperação e o trabalho em rede entre bibliotecas, em colaboração com outras entidades; ✚ Incentivar e apoiar a criação de novos serviços, com recurso às tecnologias de informação e comunicação e participar em projetos e iniciativas que promovam a inovação e a qualidade nesse domínio; ✚ Cooperar com outras entidades, no plano nacional e internacional, na conceção e execução de projetos e programas específicos da área, incluindo os relativos à formação e qualificação dos técnicos de bibliotecas; ✚ Participar em iniciativas, a nível local, regional, nacional e internacional que contribuam para a inovação no setor.

<p>3. Promoção, qualificação e auditoria de uma rede de arquivos e de fomento da cooperação institucional e da articulação técnica</p>	<ul style="list-style-type: none"> Realização de auditorias e fiscalização em arquivos; Realizar diagnósticos destinados a garantir um conhecimento sobre o património arquivístico nacional e manter atualizado um sistema de referência de entidades detentoras do património arquivístico; Emitir parecer sobre os projetos de portarias de gestão de documentos, bem como sobre propostas de conservação e eliminação de documentos, identificadas pelas administrações produtoras; Emitir parecer sobre a criação de serviços de arquivo públicos, de âmbito nacional, regional e local e sobre a qualidade de serviços e sistemas de arquivo; Promover a qualidade dos sistemas de arquivo da administração, nomeadamente através de processos de apoio técnico e publicação de documentos técnicos e normativos; Promover e assegurar a gestão da Rede Portuguesa de Arquivos; Participar em programas que visem a racionalização da produção documental, da sua gestão e do acesso à informação do sector público
<p>4. Salvaguarda do património arquivístico</p>	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e propor políticas e planos nacionais de proteção, valorização e promoção do património arquivístico Assegurar os procedimentos e formalidades necessários à proteção legal dos bens culturais arquivísticos Assegurar as incorporações previstas, nos termos da lei, e promover outras aquisições de património arquivístico de interesse
<p>5. Organização, descrição e gestão da documentação arquivística</p>	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a gestão dos registos patrimoniais de inventário e de classificação Elaborar e propor políticas de aquisição, descrição, ainda de comunicação e divulgação do património arquivístico à guarda dos arquivos dependentes Elaborar normas e orientações técnicas para o tratamento arquivístico e promover a sua aplicação; Assegurar a gestão do Ficheiro Nacional de Autoridade Arquivística
<p>6. Promoção da fruição, comunicação e acesso ao património arquivístico e fotográfico e transferência de suportes conexas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar as iniciativas de governo eletrónico desenvolvendo estudos e projetos que contribuam para a preservação do património arquivístico digital Desenvolver planos nacionais de digitalização e acompanhar projetos de implementação transversal no domínio do património arquivístico e fotográfico Apoiar os arquivos dependentes na conceção, desenvolvimento e implementação de projetos de digitalização e outros Coordenar a promoção e exploração dos meios <i>web</i> para o acesso ao património arquivístico nacional e a prestação de serviços aos utilizadores Promover o conhecimento e a fruição do património arquivístico de que é depositário
<p>7. Preservação e conservação do património arquivístico e fotográfico</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promover a investigação, publicação e divulgação relativas à preservação e conservação do património arquivístico e património fotográfico. Executar as ações adequadas à preservação ou ao restauro do património arquivístico e património fotográfico.
<p>8. Cooperação internacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> Definir, planear e executar programas e ações de divulgação dos autores portugueses e das respetivas obras no estrangeiro, contribuindo para uma crescente difusão e reconhecimento da literatura e dos autores portugueses junto dos diferentes públicos e mercados editoriais; Viabilizar o acesso ao livro em português nos países africanos de língua oficial portuguesa e Timor -Leste, através do apoio técnico e financeiro a projetos propostos pelos países parceiros, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Participar em projetos internacionais na área da gestão e preservação de arquivos digitais, em articulação com o GEPAC da Cultura Participar na preparação e execução de acordos culturais no domínio das competências da DGLAB em articulação com o GEPAC
<p>9. Gestão e manutenção de infra-estruturas e dos sistemas aplicativos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar, gerir e apoiar a Secretaria-geral no planeamento, execução e controle dos procedimentos relativos a projetos, obras, afetações e utilização dos imóveis, bem como à sua conservação, manutenção e segurança incluindo dos equipamentos adstritos às instalações Efetuar o planeamento de sistemas de informação, em todo o âmbito de atuação da DGLAB, bem como definir as políticas e orientações gerais de gestão e exploração dos arquivos dependentes; Apoiar tecnicamente a definição e desenvolvimento de projetos de informatização e digitalização da DGLAB; Assegurar a gestão e exploração dos sistemas e equipamentos informáticos da DGARQ, bem como a gestão e exploração da rede de comunicações

<p>10. Apoio, planeamento e administração</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Produzir todos os documentos de gestão estratégica e planeamento, nomeadamente o orçamento, o plano anual de atividades, os mapas de pessoal, o QUAR, o balanço social, o relatório anual de atividades, a conta de gerência — ou outros instrumentos de gestão necessários — e acompanhar a sua execução; ✚ Preparar as candidaturas a fundos comunitários e assegurar o seu acompanhamento e controlo; ✚ Propor e desenvolver estratégias de captação de apoios mecénicos ✚ Assegurar a gestão orçamental e as tarefas relativas à gestão dos recursos humanos e a apresentação de relatórios periódicos de situação; ✚ Elaborar o plano anual de formação; ✚ Garantir o cumprimento das normas relativas às condições de higiene, saúde e segurança no trabalho; ✚ Colaborar com a Unidade Ministerial de Compras (UMC) do Ministério, efetuando a agregação das necessidades de aquisição de bens e serviços; ✚ Contribuir para a eficiência e qualidade dos serviços prestados, elaborando e mantendo atualizados manuais de procedimentos internos e propondo medidas visando a sua desmaterialização; ✚ Acompanhar as medidas preconizadas pela sociedade de informação e promover a sua aplicação visando alcançar objetivos de racionalização e modernização administrativa para a efetiva desmaterialização e simplificação dos procedimentos
--	---

3.3. Projetos. Indicação dos projetos mais relevantes para o serviço.

Em ligação com as ATIVIDADES da organização (rotinas necessárias à obtenção dos resultados previstos) são abaixo referenciados o conjunto de PROJETOS que a organização desenvolve (de PIDDAC, ou não), em conjugação com aquelas Atividades, **exprimindo as ações não permanentes**, destinadas a satisfazer necessidades ocasionais indispensáveis a levar a bom termo qualquer das Atividades do serviço, introduzindo investimentos, melhorias, novas capacidades, etc., necessários a modernizar e a incrementar os resultados da/s Atividades em causa.

É o seguinte o conjunto dos projetos mais relevantes que a Direção-Geral prossegue, iniciados ou em continuação, que exprimem as ações não permanentes destinadas a satisfazer necessidades pontuais, mesmo que com durabilidade de médio prazo, indispensáveis a levar a bom termo as Atividades do serviço:

ID	PROJECTOS (a continuar em 2013/2014 ou a iniciar)	Breve descrição	Breve ponto de situação
1	Macroestrutura Funcional (MEF)	A Macroestrutura Funcional (MEF), assegurará os processos classificativos e a interoperabilidade na Cultura e na Administração Pública.	A MEF (versão 2) será publicada em março 2013. Produtos complementares a serem desenvolvidos no decurso 2013.

2	RODA (Repositório de Objetos Digitais Autênticos)	Destinado a que a DGLAB se constitua como arquivo da produção digital da administração pública, assegurando a autenticidade e fidedignidade dos documentos eletrónicos. Dada a rápida desatualização tecnológica e a criação de uma comunidade internacional em volta do RODA (este sistema tem sido muito procurado por vários organismos internacionais) pretende-se desenvolver funcionalidades adicionais bem como atualizar a tecnologia subjacente.	Concluída a fase de testes entrou em exploração em 2010 com a integração/ingestão de vários fundos. Em 2013 prevê-se continuar a atividade normal procurando-se incrementar o nº de organizações a depositar informação neste repositório. Iniciar projeto de atualização de funcionalidades (candidatura a QREN/SAMA até Outubro de 2013)
3	Portal Português de Arquivos	A Rede Portuguesa de Arquivos é uma rede de conteúdos em que organizações (entidades produtoras que mantenham de forma organizada os seus arquivos) que pretendam disponibilizar o acesso remoto aos seus documentos de arquivo, usufruindo simultaneamente de acesso a outros serviços mantidos pela rede, o possam fazer. Por conteúdos referimo-nos a descrições de documentos e representações digitais. O Portal da RPA permitirá aceder a partir deste <i>único ponto</i> esses documentos de arquivo custodiados por arquivos portugueses. Neste domínio e tendo em consideração: O protocolo estabelecido entre a ex-DGARQ e o Arquivo Nacional do Brasil, no âmbito da disseminação de conteúdos de arquivo e a ligação do PPA com portais internacionais, nomeadamente a APENET e EUROPEANA, prevê-se a adição de funcionalidades que permitam o intercâmbio de dados entre portais e a recolha de meta-informação residente em qualquer repositório independentemente do formato que tenha sido produzida.	Para 2013 serão promovidas novas adesões. Adesão à EURPEANA, com protocolo previsto ser assinado em 2013.
4	FNAA (Ficheiro Nacional de Autoridade Arquivística)	Projeto integrado na Rede Portuguesa de Arquivos, Tem como objetivo a disponibilização de uma ferramenta que permita o registo normalizado de todos os produtores de arquivos na AP. Central, Regional e Local. Este sistema servirá de base com as necessárias adaptações e desenvolvimentos para suportar a gestão da MEF	Em 2013 está prevista a elaboração de trabalhos pedagógicos para efeitos formativos e de divulgação.
5	Balcão eletrónico	Aplicação destinada a funcionar como um balcão de atendimento virtual para a multiplicidade de serviços de atendimento e pagamentos relativa a todos os arquivos dependentes disseminados pelo país	O projeto será implementado no Arquivo Distrital do Porto em inícios de 2013. Prosseguirá em 2013/ 2014 com implementação no ANTT dependente de aquisição material informático destinado aos clientes e serviços internos.
6	Implementação do DIGITARQ - (novo sistema de descrição e gestão arquivística)	Implementação do novo sistema de suporte à descrição e gestão arquivística.	O sistema entrou em produção em 2011. Encontra-se planeada a instalação da versão 5 do sistema no decurso de 2013.
7	Produção de Planos de Preservação Digital para o período entre 2013-2014	Plano estabelecendo critérios, definições de projetos de produção de conteúdos digitais incluindo os respetivos planos de execução.	Em 2013 iniciar-se-á o Programa SOS Digital com o objetivo de consciencializar os profissionais sobre a problemática da conservação digital. Foi submetido projeto ao QREN /SAMA, que aguarda avaliação.
8	Aumento da capacidade de armazenamento de informação digital	Instalação de incremento da memória do sistema pela aquisição de equipamento informático adequado - <i>storage</i> . Note-se que este sistema suporta não apenas o armazenamento de imagens mas também toda a informação transaccional digital produzida na DGLAB.	Ações de manutenção a decorrer em 2013
9	Auditorias	Verificações de conformidades dos sistemas de arquivo da Administração Pública com referenciais constantes do programa de auditorias da DGLAB	12 Ações projetadas para 2013 /2014

10	QREN/Regulamento de Equipamentos Culturais	Apoio à construção/recuperação de edifícios destinados a Arquivos Municipais para salvaguarda do património arquivístico e a projetos complementares conexos	Concluídos os projetos apoio a Arquivos Municipais, no total de 99 candidaturas envolvendo 86 municípios na fase PARAM, encontram-se agora em fase acompanhamento, após apreciação de mérito de 30 candidaturas colocadas às CCDR
11	Exposições	Exposições e mostras documentais: Divulgação do património documental	<ul style="list-style-type: none"> . O Foral novo: registos que contam histórias (janeiro a maio 2013) . Espontaneidades da minha Alma: às senhoras africanas. Poeta José da Silva Maia Ferreira (maio a setembro 2013) . 100 anos sobre o nascimento de Álvaro Cunhal - 10 de Novembro de 1913. (setembro a janeiro 2014) . Da Fraternidade Operária à Intersindical: documentos em arquivo! (março a junho 2013) . A Torre dos Clérigos completa 250 anos (junho a setembro 2013) . Mostra Documental relacionada com o mundo árabe (Setembro a janeiro 2014)
12	Digitalização direta de conjuntos documentais de dependentes, ou de terceiros em parceria	A previsão de realização em 2013 depende de um conjunto de fatores, tais como o patrocínio externo e a nossa capacidade de investimento em storage.	<ul style="list-style-type: none"> - 1.000.000 de imagens de documentação de interesse genealógico (Paroquiais); - 50.000 imagens dos Processos de extinção das casas religiosas masculinas em Portugal, 1715-1961; - 20.000 imagens Fragmentos, Séc. XVII-1974 - 100.000 imagens de diversos fundos pertencentes à Madeira (Provedoria do Funchal, Alfândega e Conventos), [1200-1834]; - 10.000 imagens das Gavetas, 1101-1986; - 20.000 imagens da PIDE, 1919-1975; - 10.000 imagens do AOS, 1908-1974; - 10.000 Inquisição de Évora, 1536-1821; - 250.000 imagens de fundos diversos (Inquisição de Coimbra, Registo Geral de Mercês, Conselho Geral do Santo Ofício, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola e de Moçambique, Casa Real, etc. ; - 50.000 imagens de documentação diversa de casa forte (Chancelarias, Tratados, Forais, Coleção Castilho, leis, etc.)
13	Cooperação internacional	Parcerias com os outros arquivos internacionais em âmbito de programas na área da cultura e protocolos estabelecidos. Participação em reuniões técnicas no âmbito do EBNA, ALA, ADAI e CERLALC. Dinamização de atividade internacional com a ALA na área de preservação digital	A decorrer em 2013

14	Apoio à criação e desenvolvimento de serviços de biblioteca pública	Acompanhar tecnicamente os projetos municipais de criação e desenvolvimento de serviços de biblioteca pública; Analisar tecnicamente projetos no âmbito do QREN e da cooperação com os PALOP; Garantir a avaliação de mérito das operações candidatas a financiamento comunitário (QREN). Acompanhar a realização material e financeira dos projetos objeto de contrato-programa	A decorrer em 2013
15	Avaliação de recursos e serviços de bibliotecas públicas	Monitorizar e avaliar os recursos e serviços das bibliotecas da RNBP; Promover e participar na elaboração de estudos e projetos no setor das bibliotecas públicas	A decorrer em 2013
16	Prestação de serviços às bibliotecas públicas e cidadãos em geral	Promover a aplicação de orientações técnicas e normativas aplicáveis ao setor das bibliotecas públicas; Participar em iniciativas e projetos que contribuam para o trabalho em rede entre bibliotecas; Oferecer às bibliotecas da RNBP serviços de valor acrescentado que lhes permitam poupar recursos e aumentar a visibilidade das atividades que promovem; Incrementar a colaboração das bibliotecas públicas no desenvolvimento de conteúdos para o Portal da RCBP; Fornecer aos utilizadores das bibliotecas públicas acesso global a informação sobre as bibliotecas, designadamente acesso a catálogos bibliográficos e agenda de atividades.	A decorrer em 2013
17	Património imóvel/apoio ao património edificado e equipamentos adstritos	Manutenção e restauro das instalações dos Arquivos distritais e seus equipamentos adstritos. Ampliação para depósitos.	É necessário um vasto conjunto de intervenções, algumas decorrentes de situações com gravidade, que não é possível, para já, desencadear. Em especial nos Edifícios do ADPorto, CPF, e ANTT
18	Edificação de novas instalações destinadas a Arquivo Distrital	Évora e Viseu	(previstas de há muito, dependendo de dotações orçamentais apropriadas)
19	Candidatura à medida CEI - Património	Realização por desempregados de atividades socialmente necessárias nas áreas da conservação e manutenção do património natural, cultural e urbanístico, no âmbito do programa Património Ativo. Os projetos têm a duração mínima de 3 meses e máxima de 12 meses, não prorrogáveis.	Encontram-se previstas em 2013 a participação na medida de 14 UO, para realização de 20 contratos.
20	Execução do Projeto n.º 082513/2012/933, POPH	Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central	Em execução até Fevereiro 2014
21	Projeto divulgação dos autores portugueses no estrangeiro	Realizar os três programas anuais de apoio à internacionalização: Apoio à Edição no Brasil; Apoio à Tradução; Apoio à Ilustração e Banda Desenhada. Dar continuidade a Parcerias anuais e presença da DGLAB nas principais feiras profissionais de âmbito internacional (Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha /Março, Feira do Livro de Frankfurt/Outubro). Coordenação da Presença de Portugal como convidado de honra na FILBo2013 - Feira Internacional do Livro de Bogotá. Preparação e difusão de materiais e informação sobre a literatura e os autores portugueses.	Receção de candidaturas para 2013 em curso. Trabalho de preparação a decorrer quer com os parceiros nacionais, quer com os parceiros colombianos. Realização da primeira viagem preparatória a Bogotá
22	Prémio Nacional de Ilustração	O Prémio Nacional de Ilustração tem uma periodicidade anual e contempla as obras de literatura para crianças e jovens publicadas no ano imediatamente anterior ao da sua atribuição. Através deste Prémio, criado em 1996, pretende-se promover o reconhecimento e o apreço pela ilustração de qualidade nos livros para a infância e a juventude originalmente editados em Portugal.	O resultado será divulgado no princípio de Julho de 2013.
23	Leitura sem Fronteiras - Promoção da	Resultante de uma parceria estabelecida em 1998 entre a ex-DGLB e a ex-Direção-Geral dos Serviços Prisionais, renovada em Janeiro de 2011, pretende-se alargar a leitura a espaços não convencionais. No âmbito	1.Está a ser planeada a realização em 2013 das iniciativas referidas: as ações pontuais e as ações continuadas de

	Leitura em Estabelecimentos Prisionais	deste acordo são desenvolvidas anualmente várias iniciativas: ações continuadas de contacto com textos e com os seus autores (sessões semanais ou quinzenais por períodos de três ou quatro meses); ações pontuais de sensibilização ao livro e à leitura; oferta de livros para as bibliotecas dos Estabelecimentos Prisionais; concursos de leitura e escrita. Este programa encontra-se integrado nos objetivos do Plano Nacional de Leitura.	promoção da leitura e escrita (seleção dos estabelecimentos Prisionais e escolha dos formadores/animadores de leitura); 2. pretende-se em 2013 alcançar um maior envolvimento da Rede das Bibliotecas Municipais, propiciando uma articulação regular e coerente entre cada estabelecimento prisional, a Biblioteca Municipal do respetivo Concelho, a DGLAB e a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP); 3. No quadro das atividades de dinamização da escrita, será promovido um concurso de escrita criativa cujo tema se inscreverá no Ano Europeu dos Cidadãos 2013 e/ou no Ano Internacional da Cooperação pela Água 2013.
24	Programa Anual de Ações de Promoção da Leitura	Dirigido a mediadores de leitura - bibliotecários, técnicos de biblioteca, educadores de infância, professores, animadores culturais e outros agentes -, tendo diretamente, como público-alvo, crianças, jovens e adultos, o programa é protagonizado por formadores com competências muito diversificadas, tais como professores universitários, escritores, jornalistas, atores, animadores de leitura, contadores de histórias	Ações de formação, ateliês, espetáculos baseados em textos literários, cursos breves de literatura, comunidades de leitores, exposições realizado em parceria com as Autarquias do país, através das respetivas Bibliotecas Municipais. em vigor desde 1997 (e interrompido em 2011 e 2012). Prevê-se execução em 2013 desde que haja cabimentação orçamental.
25	Apoio às Instituições Culturais e a Prémios Literários	No quadro dos Protocolos assinados com diversas instituições e associações de carácter cultural, têm vindo a ser apoiadas diversas atividades culturais, nomeadamente, ações de incentivo à criação literária e à promoção da leitura e difusão do autor e do livro. Outra vertente do apoio da DGLAB traduz-se no apoio financeiro aos Prémios Literários atribuídos por várias das instituições.	Ao longo de 2013 serão atribuídos os apoios protocolados com as instituições, para a realização das iniciativas culturais e atribuição dos prémios literários.
26	Concurso Nacional de Leitura 2013	Organização e coordenação da 2ª. fase do Concurso Nacional de Leitura 2013, em colaboração com o Plano Nacional de Leitura, a qual tem lugar numa Biblioteca Pública Municipal por distrito e envolve um número de cerca de 2500 jovens e respetivos professores.	Evento a ocorrer em Abril/Maio
27	Dia Mundial da Poesia, Dia Internacional do Livro Infantil e Dia Mundial do Livro	Incentivo à organização de atividades diversas nas Bibliotecas e livrarias	A ocorrer em 21 março, 2 de abril e 23 de abril
28	Dia Mundial para a Redução de Catástrofes 2013	Apoio à implementação da comemoração em parceria com a Autoridade Nacional da Proteção Civil, no maior número possível de Bibliotecas Públicas Municipais, com vista à prevenção e à consciencialização do papel dos cidadãos em situações de risco	A ocorrer em Outubro de 2013 (entre 7 a 13)

4. Ações destinadas a aumentar a angariação de receita própria e comunitária

Como ação destinada a aumentar a receita própria propomos a Publicação de nova tabela de preços atualizando-os e criando novos, após a aprovação superior nos termos da Lei Orgânica da DGLAB.

5. Conclusões

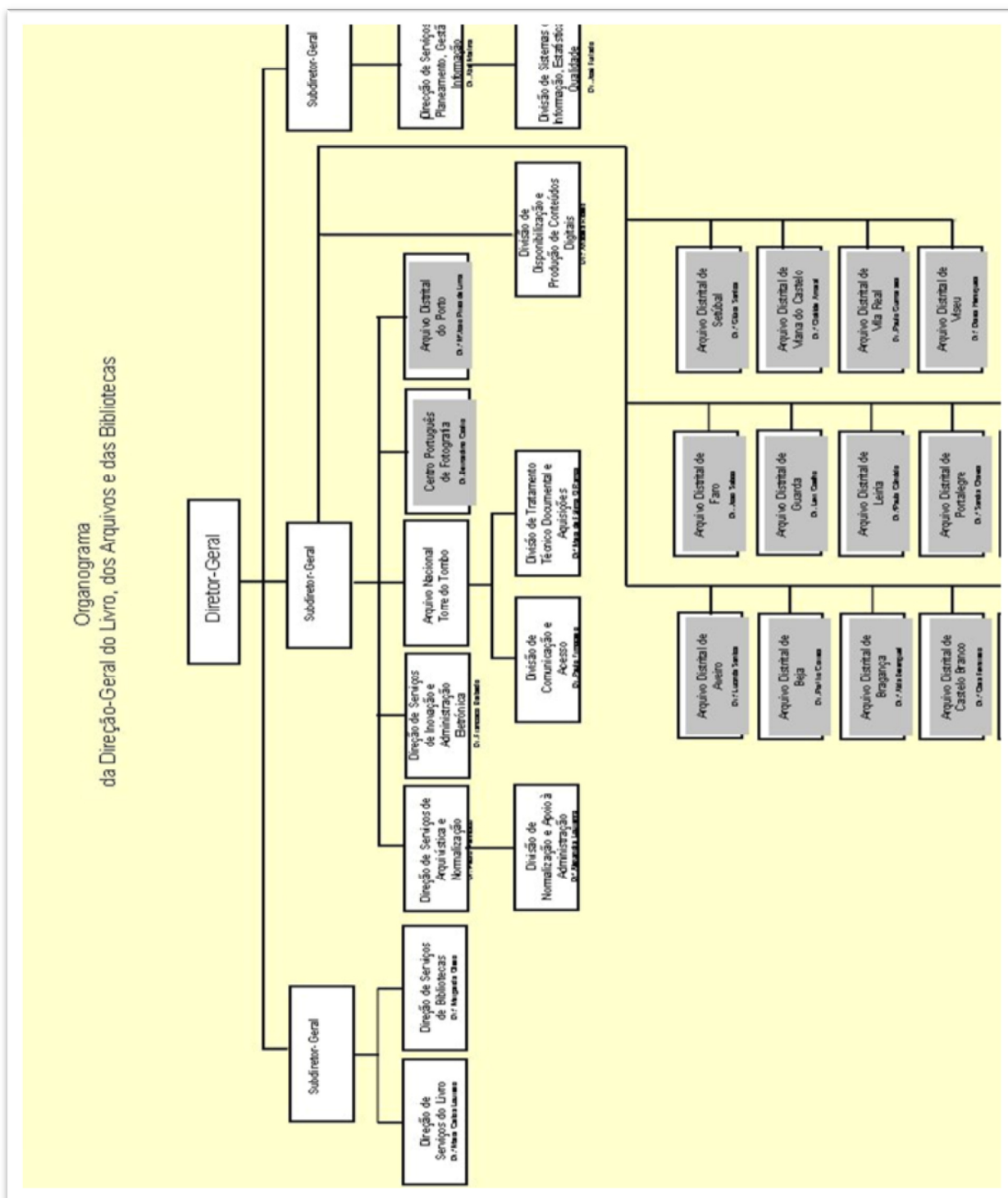
O conjunto de todas as ATIVIDADES acima propostas e atribuições da DGLAB dependem essencialmente de custos em recursos humanos e despesas de funcionamento/estrutura (Aquisição de Bens e Serviços) com contratos obrigatórios em face da lei e essenciais para manter o regular funcionamento dos serviços.

A elaboração do Plano de Atividades, que hoje se envia, é uma oportunidade para enunciar superiormente valores relativos ao orçamento e necessidades para 2013.

1. Quanto ao **Orçamento de Funcionamento** os valores previstos para 2013 são conforme abaixo discriminados:

Designação	Planeado
Orçamento de funcionamento	10.370.124,00 €
Despesas c/Pessoal	7.068.561,00 €
Aquisições de Bens e Serviços	2.402.468,00 €
Outras despesas correntes	637.717,00 €
PIDDAC	3.039.750,00 €
Outros valores	261.378,00 €
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	13.409.874,00 €

ANEXO I



ANEXO II

MATRIZ DE ANÁLISE SWOT

<div style="text-align: center;"> <p>Ambiente Interno</p> <p>Ambiente Externo</p> </div>	<p style="text-align: center;">Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Reorientação estratégica da política arquivística nacional a partir de 2005 consagrada em 2007 (PRACE) [Arquivos não são só cultura/património] ✚ Novas missões e responsabilidades [governo eletrónico, modernização administrativa; património fotográfico] ✚ Capacidade e iniciativa em conceção de projetos inovadores [disponibilização na Web de mais de 10.330.000 imagens de documentos] ✚ Disponibilização de normas técnicas inovadoras na área de negócio [ODA_Orientação para a Descrição Arquivística (versão 3); MEF_Projeto Macroestrutura Funcional; Projeto MIP_Metainformação para a Interoperabilidade; Preservação Digital] ✚ Motivação dos colaboradores ✚ Ética e cultura de serviço público ✚ Trabalho em equipa ✚ Imagem externa de referência ✚ Aumento da qualidade do serviço prestado ao cliente [generalização do CRAV_Projeto Consulta Real em Ambiente Virtual] 	<p style="text-align: center;">Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Constrangimento orçamental para o investimento ✚ Falta de recursos qualificados para a área de negócio: (i) Falta de formação nas TIC, (ii) Insuficiente formação profissional nas novas vertentes de arquivo eletrónico. ✚ Falta de mais infra-estruturas para armazenagem digital de documentos e de condições físicas do DATACENTER, a reestruturar ✚ Plano de obras: falta de capacidade de intervenções essenciais no edificado (17 edifícios dos arquivos disseminados no país) ✚ No âmbito da gestão de riscos salienta-se as condições de salubridade nos depósitos por forma a prevenir o incremento de infestações
<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Governo eletrónico - crescente implantação das transações eletrónicas e da desmaterialização na AP ✚ Diálogo institucional [com todas as Secretarias Gerais dos diferentes Ministérios] ✚ Parcerias estratégicas [Arquivos Privados; Projeto_ MaisCultura] ✚ Novo modelo de gestão pública ✚ Plano nacional de digitalização [Europeana_articulação entre BNP, IMC, Cinemateca portuguesa-Museu do Cinema] ✚ Aumento do grau de exigência do cliente ✚ Benchmarking ✚ Serviços Partilhados ✚ Quadro jurídico-legal em mutação 	<p style="text-align: center;">ESTRATÉGIA (MAX-MAX)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Desenvolvimento de projetos inovadores ✚ Celebração de parcerias estratégicas com entidades nacionais e internacionais ✚ Aumento na qualidade do serviço prestado ao cliente ✚ Introdução de manual de políticas e de procedimentos de gestão ✚ Aposta no fortalecimento da imagem externa junto de novos públicos ✚ Aplicação das medidas preconizadas no Plano de Gestão de Riscos da corrupção e Infrações Conexas 	<p style="text-align: center;">ESTRATÉGIA (MIN-MAX)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Desenvolvimento e aprofundamento do sistema de indicadores de desempenho ✚ Avaliação permanente do desempenho dos serviços pelos clientes internos e externos
<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Recrutamento de competências na área de arquivos digitais virtualmente impossibilitada (recrutamento externo); ✚ Progressiva redução de efetivos; quadro legal de dificuldade crescente no recrutamento; ✚ Progressiva redução anual de verbas do Orçamento do Estado; ✚ Proliferação de repositórios eletrónicos <i>ad hoc</i> na Administração Pública e outras estratégias desarticuladas de preservação digital, com eventuais desperdícios de recursos orçamentais atendendo aos custos elevadíssimos deste tipo de soluções 	<p style="text-align: center;">ESTRATÉGIA (MAX-MINI)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Aplicar a carta de ética e de deontologia de serviço público na DGLAB ✚ Melhorar rentabilização dos espaços culturais existentes 	<p style="text-align: center;">ESTRATÉGIA (MIN-MIN)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Aumentar as receitas próprias no âmbito da prestação de serviços a clientes ✚ Aposta na valorização profissional dos efetivos

ANEXO III - UNIDADES ORGÂNICAS DEPENDENTES DESCONCENTRADAS - UNIDADES HOMOGÊNEAS

Objetivos comuns determinados para os Arquivos Dependentes

OBJ 1	Aumentar o número de registos descritivos de documentos disponíveis para consulta através do módulo web do Digitarq	PONDERAÇÃO
INDICADOR 1	# de novos registos publicados no módulo web do Digitarq em 2012 em relação a 2011	100%
OBJ 2	Incrementar o número de representações digitais (ficheiros) disponíveis para consulta através do módulo web do digitarq.	
INDICADOR 2	# de novas representações digitais disponibilizadas no módulo web do DIGITARQ.em 2012 em relação a 2011	100%
OBJ 3	Melhorar a qualificação dos Registos já disponibilizados “on line”.de forma que que sejam recolhidos e acessibilizados através do Portal Português de Arquivos	
INDICADOR 3	# de novos registos/descrições integrados no PPA durante o ano de 2012 em relação a 2011.	100%

					objetivos adicionais propostos pelo serviço			
AD	nº objetivo	nº indicador	Meta	Superação	4	indicador	5	indicador
AVR	1	1	12.000	13.000				
	2	2	40.000	45.000				
	3	3	4.600	6.500				
BJA	1	1	3.000	3.500	Desmaterialização do procedimento - prestação de serviços (cópia simples) solicitados por outras entidades públicas para fins de serviço e opara leitores/clientes	% de serviços prestados em formato digital / electrónico	Fortalecer a imagens institucional através da interacção com a comunidade local pela implementação do projecto de Voluntariado Cultural	#adesão de voluntários aos eventos e actividades realizadas
	2	2	50.000	65.000				
	3	3	3.000	3.500				
BGC	1	1	28.000	35.000	Difusão e divulgação dos serviços do Arquivo Distrital de Bragança	% de actividades desenvolvidas		
	2	2	28.000	35.000				
	3	3	10.000	15.000				
CTB	1	1	2.300	4.800				
	2	2	14.000	28.000				
	3	3	2.300	4.800				
EVR	1	1	20.000	25.000				
	2	2	30.000	35.000				
	3	3	20.000	25.000				
FAR	1	1	5.200	5.400				
	2	2	51.000	53.000				
	3	3	5.200	5.400				
GRD	1	1	10.000	15.000				
	2	2	100	130				
	3	3	10.000	15.000				
LRA	1	1	4.500	5.000	Apoio técnico e interação com outras entidades	# de novos contactos tendentes à introdução de metodologias de boas práticas de gestão arquivo		
	2	3	5.000	6.000				
	3	3	5.000	5.500				
LSB	1	1	10.000	11.000				
	2	2	20.000	25.000				
	3	3	2.500	3.000				
PTG	1	1	3.500	4.000				
	2	2	115.000	130.000				
	3	3	3.500	4.000				
PRT	1	1	10.000	12.000				
	2	2	20.000	25.000				
	3	3	10.000	12.000				
STB	1	1	3.500	4.000				
	2	2	130.000	150.000				
	3	3	4.000	5.000				
STR	1	1	2.000	3.000				
	2	2	50	80				
	3	3	1000	2000				
VCT	1	1	2.000	4.000				
	2	2	1.000	1.500				
	3	3	2.000	4.000				
VIS	1	1	10.000	15.000				
	2	2	800	1.000				
	3	3	2.000	4.000				
VRL	1	1	8.000	10.000				
	2	2	100.000	120.000				
	3	3	1.000	2.000				

LSB	1	1	10.000	11.000	
	2	2	20.000	25.000	
	3	3	2.500	3.000	
PTG	1	1	3.500	4.000	
	2	2	115.000	130.000	
	3	3	3.500	4.000	
PRT	1	1	10.000	12.000	
	2	2	20.000	25.000	
	3	3	10.000	12.000	
STB	1	1	3.500	4.000	
	2	2	130.000	150.000	
	3	3	4.000	5.000	
STR	1	1	2.000	3.000	
	2	2	50	80	
	3	3	1000	2000	
VCT	1	1	2.000	4.000	
	2	2	1.000	1.500	
	3	3	2.000	4.000	
VIS	1	1	10.000	15.000	
	2	2	800	1.000	
	3	3	2.000	4.000	
VRL	1	1	8.000	10.000	
	2	2	100.000	120.000	
	3	3	1.000	2.000	
CPF	1	1	20.000	24.189	
	2	2	20.000	24.189	
	3	3	20.000	24.189	